



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº. 003/2026

SÚMULA: Concede recomposição inflacionária, a título de revisão geral anual nos subsídios dos Agentes Políticos e Secretários Municipais da Gestão e Legislatura 2025 à 2028.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, submete a plenário o seguinte projeto de Lei:

Art.1º - Fica concedido recomposição inflacionária, a título de revisão geral anual nos Subsídios dos Agentes Políticos e Secretários Municipais do Poder Executivo, Gestão e Legislatura de 2025 a 2028, fixados pela Lei nº. 1051/2024, em conformidade com o art. 14 da Lei Orgânica Municipal, em parcela única de **3,90%** (Três vírgula noventa por cento), correspondente ao INPC apurado no período de Janeiro de 2025 à Dezembro de 2025, o qual deverá ser aplicado sobre os subsídios fixados na Lei Municipal nº. 1051/2024, conforme artigo 4º da citada lei, e considerados os limites da disponibilidade orçamentária em face do Princípio da Responsabilidade Fiscal, decorrentes do disposto na Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000, nos seguintes termos:

I – Prefeito Municipal – Subsídios **R\$ 20.118,67** (Vinte mil, cento e dezoito reais sessenta e sete centavos).

II – Vice-Prefeito – Subsídios de **R\$ 10.059,33** (Dez mil, cinquenta e nove reais e trinta e três centavos).

III – Secretários Municipais – Subsídios de **R\$ 6.412,82** (Seis mil, quatrocentos e doze reais e oitenta e dois centavos).

Art. 2º – Permanecem inalterados os demais artigos constantes da Lei nº. 1051/2024.

Art.3º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais retroativos a partir de 01º de Janeiro de 2026, revogadas as disposições em Contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Foz do Jordão, em 27 de Janeiro de 2026.

MICHAEL JOSÉ MAROLETTO
1º Secretário

JOELI ALMEIDA DE MORAES
Presidente

JOELSON DE DEUS RAMOS
2º Secretário

LEITURA - 1ª SESSÃO - 1º Período

03 | 02 | 2026

APROVADO EM 1ª VOTAÇÃO

06 | 02 | 2026

APROVADO EM 2ª VOTAÇÃO

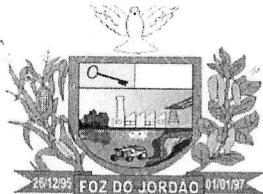
10 | 02 | 2026

APROVADO EM 3ª VOTAÇÃO

13 | 02 | 2026

ENCAMINHADO AS COMISSÕES

03 | 02 | 2026



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA

Analisando a Lei nº. 1051/2024, que “Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais de Foz do Jordão para o período de 1º de Janeiro de 2025 a 31 de Dezembro de 2028”, a qual traz em seu texto o seguinte;

Art. 1º - O agente político ocupante do mandato eletivo de Prefeito faz jus à percepção de um subsídio mensal fixado no importe de **R\$ 19.363,49** (Dezenove mil, trezentos e sessenta e três reais e quarenta e nove centavos).

Art. 2º - O agente político detentor de mandato eletivo de Vice-Prefeito faz jus à percepção de um subsídio mensal fixado no importe de **R\$ 9.681,74** (Nove mil, seiscentos e oitenta e um reais e setenta e quatro centavos).

Art. 3º- Os Secretários Municipais receberão um subsídio mensal no valor de **R\$ 6.172,11** (Seis mil, cento e setenta e dois reais e onze centavos).

Art. 4º- Os subsídios fixados nesta lei serão revistos anualmente a partir de Janeiro de 2026, aplicando-se à revisão geral de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal, a variação do INPC relativo ao período anual anterior, sendo vedada a concessão de aumento ou reajuste ao longo do quadriênio.

Ainda, com fulcro na Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso X, que assim define;

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

A recomposição inflacionária concedida aos servidores de acordo com índice definido na Lei Orgânica do Município de Foz do Jordão, que é o INPC, no importe de 3,90%, relativo ao acumulado do ano de 2025.

O Art. 4º da Lei nº. 1051/2024, que prevê a revisão dos subsídios anualmente a partir de Janeiro de 2026, onde está sendo proposto o reajustado de 3,90% relativo ao INPC acumulado do ano de 2025.

Submetemos ao plenário o projeto de Lei de recomposição inflacionária dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários para este ano de 2023 com base na legislação citada.

Isto posto, diante de todos esses argumentos aqui elencados, apresenta-se este Projeto de Lei, o qual espera a aprovação dos nobres colegas Vereadores (as), garantindo assim no âmbito do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná, um dos direitos consagrados na constituição federal e na lei orgânica municipal.

Ante todo o exposto, conto com os nobres pares para aprovação desta proposição.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Foz do Jordão, em 27 de Janeiro de 2026.


MICHAEL JOSÉ MAROLETTO
1º Secretário


JOCELI ALMEIDA DE MORAES
Presidente


JOELSON DE DEUS RAMOS
2º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

PARECER JURÍDICO Nº 003/2026

INTERESSADO: Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR)

ASSUNTO: Projeto de Lei nº 003/2026 – Revisão Geral Anual (Poder Legislativo)

1. RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Assessoria Jurídica o Projeto de Lei nº 003/2026, de iniciativa da Mesa Diretora, que visa conceder recomposição inflacionária, a título de **Revisão Geral Anual**, nos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais de Foz do Jordão para o exercício de 2026.

O projeto propõe o índice de **3,90%**, baseado no INPC (IBGE) acumulado no ano de 2025, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2026, em estrita observância à Lei Municipal nº 1.051/2024.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Da Natureza Jurídica: Revisão Geral Anual vs. Aumento Real

A proposição fundamenta-se no **Art. 37, inciso X, da Constituição Federal**, que garante a revisão geral anual da remuneração e dos subsídios, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

É imperativo distinguir a *revisão geral* do *aumento real*. Enquanto o aumento real visa elevar o padrão de vida do agente, a revisão geral busca tão somente a **manutenção do valor intrínseco da moeda**. Conforme leciona Hely Lopes Meirelles:

"A revisão geral anual é o instituto destinado a compensar a perda do poder aquisitivo da moeda, em virtude da inflação. Não se confunde com o aumento real de vencimentos, que depende de lei específica e disponibilidade orçamentária." (MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*).

2.2. Da Iniciativa e Legalidade

Embora trate de agentes do Poder Executivo, a fixação de subsídios de Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários é competência exclusiva da **Câmara Municipal**, nos termos do **Art. 29, inciso V, da Constituição Federal**.

O projeto em tela atende ao princípio da **legalidade** e da **anterioridade**, uma vez que a possibilidade de revisão anual já estava prevista na lei fixadora originária (Lei nº 1.051/2024), cumprindo o rito estabelecido no Art. 14 da Lei Orgânica Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

2.3. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF)

O STF consolidou o entendimento de que a revisão geral anual não viola o princípio da anterioridade da legislação (o qual veda aumentos reais durante o mandato), pois se trata de mera recomposição de perdas.

STF - ARE 1133039 (Julgamento em 2018): "É constitucional o reajuste de subsídios de agentes políticos do Poder Executivo municipal por meio de lei de iniciativa da Câmara de Vereadores, desde que voltado à revisão geral anual."

2.4. Da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

A concessão da revisão deve, todavia, observar os limites da **Lei Complementar nº 101/2000**. O Art. 1º do Projeto de Lei faz menção expressa à disponibilidade orçamentária e aos limites da RPF. É essencial que o projeto seja acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, conforme exigido pelo Art. 16 da LRF.

3. ANÁLISE TÉCNICA

- **Índice Utilizado:** O INPC é amplamente aceito pelos Tribunais de Contas (notadamente o TCE-PR) como índice oficial para aferição da inflação.
- **Retroatividade:** A retroatividade a 1º de janeiro é juridicamente aceitável, visto que a data-base para a revisão anual costuma coincidir com o início do exercício financeiro, preservando a integridade anual do benefício.
- **Redação Legislativa:** O texto encontra-se claro, objetivo e em conformidade com a Lei Complementar nº 95/1998, que dispõe sobre a elaboração das leis.

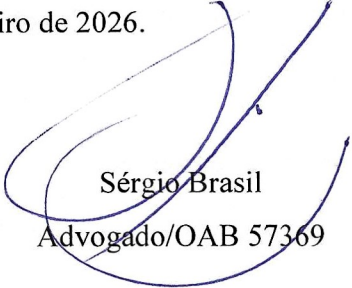
4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica conclui que o **Projeto de Lei nº 003/2026 é CONSTITUCIONAL e LEGAL**, inexistindo óbices jurídicos para sua tramitação.

Ressalva-se apenas a necessidade de confirmação, por parte do setor contábil, de que o índice de 3,90% não ultrapassará o limite prudencial de gastos com pessoal do Município.

É o parecer, sob censura.

Foz do Jordão – PR, 03 de fevereiro de 2026.


Sérgio Brasil
Advogado/OAB 57369



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

COMISSÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer: 003/2026.

Data: 04 de Fevereiro de 2026.

Matéria: PROJETO DE LEI Nº. 003/2026.

Relator: IVAN PINHEIRO DA SILVA.

Autor: PODER LEGISLATIVO.

Conclusão do Voto: FAVORÁVEL.

SÚMULA: Concede recomposição inflacionária, a título de revisão geral anual nos subsídios dos Agentes Políticos e Secretários Municipais da Gestão e Legislatura 2025 à 2028.

PROJETO DE LEI Nº. 003/2026

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, submete a plenário o seguinte projeto de Lei:

Art.1º - Fica concedido recomposição inflacionária, a título de revisão geral anual nos Subsídios dos Agentes Políticos e Secretários Municipais do Poder Executivo, Gestão e Legislatura de 2025 a 2028, fixados pela Lei nº. 1051/2024, em conformidade com o art. 14 da Lei Orgânica Municipal, em parcela única de **3,90%** (Três vírgula noventa por cento), correspondente ao INPC apurado no período de Janeiro de 2025 à Dezembro de 2025, o qual deverá ser aplicado sobre os subsídios fixados na Lei Municipal nº. 1051/2024, conforme artigo 4º da citada lei, e considerados os limites da disponibilidade orçamentária em face do Princípio da Responsabilidade Fiscal, decorrentes do disposto na Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000, nos seguintes termos:

I – Prefeito Municipal – Subsídios **R\$ 20.118,67** (Vinte mil, cento e dezoito reais sessenta e sete centavos).

II – Vice-Prefeito – Subsídios de **R\$ 10.059,33** (Dez mil, cinquenta e nove reais e trinta e três centavos).

III – Secretários Municipais – Subsídios de **R\$ 6.412,82** (Seis mil, quatrocentos e doze reais e oitenta e dois centavos).

Art. 2º – Permanecem inalterados os demais artigos constantes da Lei nº. 1051/2024.

Art.3º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais retroativos a partir de 01º de Janeiro de 2026, revogadas as disposições em Contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Foz do Jordão, em 27 de Janeiro de 2026.

JOCELI ALMEIDA DE MORAES

Presidente

MICHAEL JOSÉ MAROLETTO

1º Secretário

JOELSON DE DEUS RAMOS

2º Secretário

JUSTIFICATIVA

Analisando a Lei nº. 1051/2024, que “Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais de Foz do Jordão para o período de 1º de Janeiro de 2025 a 31 de Dezembro de 2028”, a qual traz em seu texto o seguinte;

Art. 1º - O agente político ocupante do mandato eletivo de Prefeito faz jus à percepção de um subsídio mensal fixado no importe de **R\$ 19.363,49** (Dezenove mil, trezentos e sessenta e três reais e quarenta e nove centavos).

Art. 2º - O agente político detentor de mandato eletivo de Vice-Prefeito faz jus à percepção de um subsídio mensal fixado no



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

importe de **R\$ 9.681,74** (Nove mil, seiscentos e oitenta e um reais e setenta e quatro centavos).

Art. 3º- Os Secretários Municipais receberão um subsídio mensal no valor de **R\$ 6.172,11** (Seis mil, cento e setenta e dois reais e onze centavos).

Art. 4º- Os subsídios fixados nesta lei serão revistos anualmente a partir de Janeiro de 2026, aplicando-se à revisão geral de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal, a variação do INPC relativo ao período anual anterior, sendo vedada a concessão de aumento ou reajuste ao longo do quadriênio.

Ainda, com fulcro na Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso X, que assim define;

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

A recomposição inflacionária concedida aos servidores de acordo com índice definido na Lei Orgânica do Município de Foz do Jordão, que é o INPC, no importe de 3,90%, relativo ao acumulado do ano de 2025.

O Art. 4º da Lei nº. 1051/2024, que prevê a revisão dos subsídios anualmente a partir de Janeiro de 2026, onde está sendo proposto o reajustado de 3,90% relativo ao INPC acumulado do ano de 2025.

Submetemos ao plenário o projeto de Lei de recomposição inflacionária dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários para este ano de 2023 com base na legislação citada.

Isto posto, diante de todos esses argumentos aqui elencados, apresenta-se este Projeto de Lei, o qual espera a aprovação dos nobres colegas Vereadores (as), garantindo assim no âmbito do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná, um dos direitos consagrados na constituição federal e na lei orgânica municipal.

Ante todo o exposto, conto com os nobres pares para aprovação desta proposição.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Foz do Jordão, em 27 de Janeiro de 2026.

JOCELI ALMEIDA DE MORAES

Presidente

MICHAEL JOSÉ MAROLETTO

1º Secretário

JOELSON DE DEUS RAMOS

2º Secretário



CONCLUSÃO DO VOTO:

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, procedeu-se a análise do **Projeto de Lei nº. 003/2026**, e exarou entendimento pela regularidade da tramitação da matéria, com fulcro na fundamentação apresentada e em consonância com o **Parecer do Jurídico da Câmara Municipal nº. 003/2026**.

O Vereador Presidente da Comissão Justiça e Redação **MICHAEL JOSÉ MAROLETTO**, considerando a argumentação apresentada, emite VOTO FAVORÁVEL a tramitação da matéria.

O Vereador Relator da Comissão Justiça e Redação **IVAN PINHEIRO DA SILVA**, considerando a argumentação apresentada, emite VOTO FAVORÁVEL a tramitação da matéria.

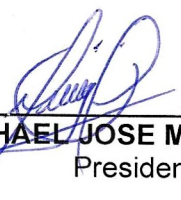
O Vereador Membro da Comissão Justiça e Redação **JOELSON DE DEUS RAMOS**, considerando a argumentação apresentada, emite VOTO FAVORÁVEL a tramitação da matéria.

Diante dos fundamentos legais e observado a Lei Orgânica e o Regimento Interno, esta Comissão, depois da análise realizada, disponibiliza o presente **VOTO FAVORÁVEL** à tramitação da matéria.

Sala das Comissões, em 04 de Fevereiro de 2026.



IVAN PINHEIRO DA SILVA
Relator



MICHAEL JOSÉ MAROLETTO
Presidente



JOELSON DE DEUS RAMOS
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

COMISSÃO FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer: 003/2026.

Data: 05 de Fevereiro de 2026.

Matéria: PROJETO DE LEI Nº. 003/2026.

Autor: PODER LEGISLATIVO.

Relator: EDER SAVI.

Conclusão do Voto: FAVORÁVEL.

SÚMULA: Concede recomposição inflacionária, a título de revisão geral anual nos subsídios dos Agentes Políticos e Secretários Municipais da Gestão e Legislatura 2025 à 2028.

PROJETO DE LEI Nº. 003/2026

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, submete a plenário o seguinte projeto de Lei:

Art.1º - Fica concedido recomposição inflacionária, a título de revisão geral anual nos Subsídios dos Agentes Políticos e Secretários Municipais do Poder Executivo, Gestão e Legislatura de 2025 a 2028, fixados pela Lei nº. 1051/2024, em conformidade com o art. 14 da Lei Orgânica Municipal, em parcela única de **3,90%** (Três virgula noventa por cento), correspondente ao INPC apurado no período de Janeiro de 2025 à Dezembro de 2025, o qual deverá ser aplicado sobre os subsídios fixados na Lei Municipal nº. 1051/2024, conforme artigo 4º da citada lei, e considerados os limites da disponibilidade orçamentária em face do Princípio da Responsabilidade Fiscal, decorrentes do disposto na Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000, nos seguintes termos:

I – Prefeito Municipal – Subsídios **R\$ 20.118,67** (Vinte mil, cento e dezoito reais sessenta e sete centavos).

II – Vice-Prefeito – Subsídios de **R\$ 10.059,33** (Dez mil, cinquenta e nove reais e trinta e três centavos).

III – Secretários Municipais – Subsídios de **R\$ 6.412,82** (Seis mil, quatrocentos e doze reais e oitenta e dois centavos).

Art. 2º – Permanecem inalterados os demais artigos constantes da Lei nº. 1051/2024.

Art.3º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais retroativos a partir de 01º de Janeiro de 2026, revogadas as disposições em Contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Foz do Jordão, em 27 de Janeiro de 2026.

JOCELI ALMEIDA DE MORAES

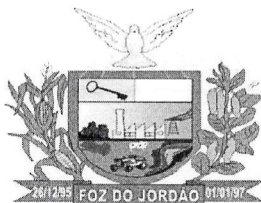
Presidente

MICHAEL JOSÉ MAROLETTO

1º Secretário

JOELSON DE DEUS RAMOS

2º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA

Analizando a Lei nº. 1051/2024, que “Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais de Foz do Jordão para o período de 1º de Janeiro de 2025 a 31 de Dezembro de 2028”, a qual traz em seu texto o seguinte;

Art. 1º - O agente político ocupante do mandato eletivo de Prefeito faz jus à percepção de um subsídio mensal fixado no importe de **R\$ 19.363,49** (Dezenove mil, trezentos e sessenta e três reais e quarenta e nove centavos).

Art. 2º - O agente político detentor de mandato eletivo de Vice-Prefeito faz jus à percepção de um subsídio mensal fixado no importe de **R\$ 9.681,74** (Nove mil, seiscentos e oitenta e um reais e setenta e quatro centavos).

Art. 3º- Os Secretários Municipais receberão um subsídio mensal no valor de **R\$ 6.172,11** (Seis mil, cento e setenta e dois reais e onze centavos).

Art. 4º- Os subsídios fixados nesta lei serão revistos anualmente a partir de Janeiro de 2026, aplicando-se à revisão geral de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal, a variação do INPC relativo ao período anual anterior, sendo vedada a concessão de aumento ou reajuste ao longo do quadriênio.

Ainda, com fulcro na Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso X, que assim define;

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

A recomposição inflacionária concedida aos servidores de acordo com índice definido na Lei Orgânica do Município de Foz do Jordão, que é o INPC, no importe de 3,90%, relativo ao acumulado do ano de 2025.

O Art. 4º da Lei nº. 1051/2024, que prevê a revisão dos subsídios anualmente a partir de Janeiro de 2026, onde está sendo proposto o reajustado de 3,90% relativo ao INPC acumulado do ano de 2025.

Submetemos ao plenário o projeto de Lei de recomposição inflacionária dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários para este ano de 2023 com base na legislação citada.

Isto posto, diante de todos esses argumentos aqui elencados, apresenta-se este Projeto de Lei, o qual espera a aprovação dos nobres colegas Vereadores (as), garantindo assim no âmbito do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná, um dos direitos consagrados na constituição federal e na lei orgânica municipal.

Ante todo o exposto, conto com os nobres pares para aprovação desta proposição.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Foz do Jordão, em 27 de Janeiro de 2026.

JOCELI ALMEIDA DE MORAES

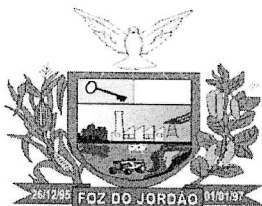
Presidente

MICHAEL JOSÉ MAROLETTO

1º Secretário

JOELSON DE DEUS RAMOS

2º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

CONCLUSÃO DO VOTO:

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, procedeu-se a análise do **Projeto de Lei nº. 003/2026**, e exarou entendimento pela regularidade da tramitação da matéria, com fulcro na fundamentação apresentada e em consonância com o **Parecer do Jurídico da Câmara Municipal nº. 003/2026**.

O Vereador Presidente da Comissão Finanças e Orçamento CRISTNEI ANTONIO CLEIN, considerando a argumentação apresentada, emite VOTO FAVORÁVEL a tramitação da matéria.

O Vereador Relator da Comissão Finanças e Orçamento EDER SAVI, considerando a argumentação apresentada, emite VOTO FAVORÁVEL a tramitação da matéria.

O Vereador Membro da Comissão Finanças e Orçamento PAULO RICARDO POLI COSTA, considerando a argumentação apresentada, emite VOTO FAVORÁVEL a tramitação da matéria.

Diante dos fundamentos legais e observado a Lei Orgânica e o Regimento Interno, esta Comissão, depois da análise realizada, disponibiliza o presente **VOTO FAVORÁVEL** à tramitação da matéria.

Sala das Comissões, em 05 de Fevereiro de 2026.

CRISTNEI ANTONIO CLEIN

Presidente

EDER SAVI

Relator

PAULO RICARDO POLI COSTA

Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

CERTIDÃO

Eu Joceli Almeida de Moraes, Presidente da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, **Certifico** para os devidos fins de direito, que o **Projeto de Lei nº. 003/2026** foi aprovado na 2ª Sessão do 1º Período Legislativo Extraordinário em 13 de Fevereiro de 2026.

E, por ser verdade, firmo o presente para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Foz do Jordão, Pr., 13 de Fevereiro de 2026.

JOCELI ALMEIDA DE MORAES
Presidente da Câmara